Coordenação de Políticas para Imigrantes e Promoção do Trabalho Decente

# Comissão Municipal para a Erradicação do Trabalho Escravo 23 de maio de 2019

Rua Líbero Badaró, 119, Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania – Sala Verde (9º andar)

**ATA 48º REUNIÃO ORDINÁRIA**

**Presentes**:

***Membros Poder Público Municipal:***

Jennifer Alvarez (SMDHC/CPMigTD); Luciana Elena Vázquez (SMDHC/CPMigTD); Bryan Rodas (SMDHC/CPMigTD); Rebeca Duran (CRAI); Marta Novais de Almeida (SMS/COVISA); Tereza Macedo Vidal (SMS/COVISA); Maria Silvia C. Matano (SME); Leandro Fontes Correa (SMDET).

***Membros Sociedade Civil:***

Nathália Napolitano (CDHIC); Natália Suzuki (Repórter Brasil).

***Observadores:***

Fabiana Severo (DPU); Eliana Monteiro Quinto (DPU); Lívia Ferreira (SRT- SP/MTE); Claude Appy (MPT/PRT-2); Carla Lorenzi (OIM).

# Pauta:

1. **Regularização Interna**
   * Aprovação das atas das Reuniões Ordinárias: XLI e XLII;

# Informes Gerais:

* Informe sobre o contato realizado pela Repórter Brasil com a COETRAE/PA;
* Informe sobre a mudança de coordenação da COETRAE/SP;

Coordenação de Políticas para Imigrantes e Promoção do Trabalho Decente

* Informe sobre o Encontro “Tráfico de Pessoas e Trabalho Escravo” do “Ciclo de Debates sobre Gênero e Direitos Humanos”, promovido pela Defensoria Pública da União (DPU), a ser realizado no dia 19 de julho.

# Informes sobre a campanha da OIT de promoção de direitos para imigrantes nas oficinas de costura:

* + Informe sobre a realização das entrevistas para levantamento de subsídios sobre o conteúdo da campanha;
  + Discussão sobre a validação do material final e/ou possibilidade de apoio pela COMTRAE.

# Informe sobre o resgate e atendimento de 22 trabalhadores em condições de trabalho escravo

1. **Informes sobre a Semana de Trabalho e Renda**
   * Informe sobre a oficina sobre Trabalho Escravo Contemporâneo realizada pela COMTRAE;
   * Apresentação dos dados consolidados da ação da Semana de Trabalho e Renda.

# Projetos prioritários 2019

* + Informe sobre datas e prazos das atividades do Monitoramento do PMETE e da Sistematização do Fluxo de Atendimento da COMTRAE
  + Informe sobre a realização da oficina de Sistematização do Fluxo de Atendimento a Vítimas de Trabalho Escravo, realizada no dia 09/05.

# CONATRAE

* + Informe e discussão sobre o Decreto Federal 9759, de 11 de abril de 2019, suas conseqüências para a Comissão Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo, e possibilidades de atuação da COMTRAE.

# Discussão sobre a possibilidade de elaboração do logo da COMTRAE

1. **Definição do calendário para o próximo trimestre (junho a agosto).**

**Reunião:**

Coordenação de Políticas para Imigrantes e Promoção do Trabalho Decente

Sra. Jennifer (SMDHC/CPMigTD) iniciou a reunião saudando a todos e iniciando uma roda de apresentação. Leu as pautas que seriam tratadas no dia e indicou a adição de uma pauta sobre a ação da Prefeitura Municipal “Operação Comércio Legal”. Após isso, abriu ao plenário para observações.

Sra. Lívia (SRT-SP/MTE) sugeriu que na pauta na COMTRAE seja debatida a declaração do presidente da ABIT sobre a flexibilização da lesgislação laboral, a qual considera grave. Sugeriu que se faça uma reflexão das posições institucionais dessa organização, já que a mesma é membro da COMTRAE.

Sra. Luciana (SMDHC/CPMigTD) indicou que esse ponto seria debatido e informou a justificativa de ausência do Sr. Ebenezer Oliveira (especialista observador) e de Camila Zelezoglo (Abit).

Sra. Jennifer deu continuidade à reunião.

# Regularização Interna

* + **Aprovação das atas das Reuniões Ordinárias: XLI e XLII;**

Sra. Luciana informou que não houve tempo hábil para revisar e enviar a ata da reunião ordinária XLII. Na presente reunião apenas seria colocada para aprovação a ata da reunião ordinária XLI.

Sra. Jennifer sugeriu uma leitura oral em plenário para ciência de todos antes da aprovação. Dessa forma, realizou a leitura oral da ata XLI e indagou se haveria alguma objeção à aprovação da mesma.

A ata foi aprovada por consenso, sem nenhuma alteração necessária.

# Informes Gerais:

* **Informe sobre o contato realizado pela Repórter Brasil com a COETRAE/PA;**

Sra. Natália Suzuki (Repórter Brasil) informou que a iniciativa de municipalização da COETRAE/PA está parada e que ainda não há maiores detalhes sobre o assunto.

# Informe sobre a mudança de coordenação da COETRAE/SP;

Sra. Jennifer informou que a COETRAE/SP tem um novo coordenador, o Sr.

Ricardo Alves.

# Informe sobre o Encontro “Tráfico de Pessoas e Trabalho Escravo” do “Ciclo de Debates sobre Gênero e Direitos Humanos”, promovido pela Defensoria Pública da União (DPU), a ser realizado no dia 19 de julho.

Coordenação de Políticas para Imigrantes e Promoção do Trabalho Decente

Sra. Fabiana Severo (DPU) apresentou a iniciativa e convidou a COMTRAE/SP para participar da mesa do evento. Colocou-se à disposição para maiores informações.

# Informes sobre a campanha da OIT de promoção de direitos para imigrantes nas oficinas de costura:

* + **Informe sobre a realização das entrevistas para levantamento de subsídios sobre o conteúdo da campanha;**
  + **Discussão sobre a validação do material final e/ou possibilidade de apoio pela COMTRAE.**

Sra. Jennifer informou que foram realizaram entrevistas com atores da COMTRAE/SP por parte da OIT a fim de colher novos subsídios para a campanha. Ainda indicou que o material provindo dessas informações seria validado e que posteriormente enviado aos membros da COMTRAE para ciência e aprovação em reunião.

Devido à ausência da Sra. Fernanda (OIT), a Sra. Luciana transmitiu que a OIT expressou a intenção de expandir o foco da campanha para um público mais amplo do que os trabalhadores imigrantes em oficinas de costura. Ademais, a OIT indicou que considera importante apresentar e validar o conteúdo na Comissão.

Sra. Luciana informou que, após a validação, a Comissão deve decidir se é do interesse da COMTRAE apoiar o projeto de maneira institucional. Nesse sentido, solicitou aos membros que reflitam sobre o assunto. Destacou a importância dessa decisão, tendo em vista que seria a primeira campanha pública que levaria o nome da COMTRAE.

Sra. Lívia explicitou a presença de alguns erros conceituais no projeto da campanha e a necessidade de realizar algumas adequações, de forma a estar de acordo com as normas trabalhistas e o trabalhos já realizado no combate ao trabalho escravo. Além disso, sugeriu à OIT que se aproximem dos sindicatos e apontou para a necessidade de atenção aos financiadores do projeto.

Sra. Natália Suzuki reforçou a posição da Sra. Lívia e indicou que os principais problemas encontram-se na identidade visual e na tradução dos materiais do projeto.

Sra. Luciana informou que foram solicitadas à OIT maiores informações sobre a estruturação do projeto mais amplo junto ao Instituto C&A, ABVTEX, Abit, Renner e Zara, dentro do qual se estrutura o projeto da campanha.

Sra. Natália Suzuki indicou pela necessidade da apresentação das parcerias dos projetos da OIT que envolvam a temática de trabalho escravo, para conhecimento da COMTRAE.

# Informe sobre o resgate e atendimento de 22 trabalhadores em condições de trabalho escravo

Coordenação de Políticas para Imigrantes e Promoção do Trabalho Decente

Sra. Luciana informou que foram resgatados 22 trabalhadores imigrantes de situação de exploração de trabalho escravo, dentre os quais haviam homens e mulheres peruanos e bolivianos. Indicou que, após o resgate, os trabalhadores foram acompanhados pela SRT-SP e passaram pelos serviços do CRAI.

Sra. Luciana afirmou que observou alguns gargalos de atendimento no caso tratado, dentre os quais se destacam problemas na abertura de contas bancárias e no agendamento de atendimento na Polícia Federal para regularização migratória. No primeiro caso, as agências bancárias não aceitaram o comprovante de residência emitido pela SRT/SP. No segundo caso, a SRT-SP realizou um contato direto com a PF-SP, conseguiu um agendamento emergencial, porém quando os trabalhadores chegaram à sede da PF não foram atendidos.

Sra. Rebeca (CRAI) destacou a importância da bancarização das pessoas resgatas, já que é primordial para o recebimento pelos resgatados das verbas recisórias. Ainda, afirmou que esse problema nas agências bancárias é freqüente em casos semelhantes ao tratado.

Sra. Luciana citou a existência da carta circular do Banco Central do Brasil (BACEN), na qual se respalda e garante o processo de bancarização de pessoas resgatadas de situações de trabalho análogo a escravidão.

Sra. Livia informou que no caso em questão foi encontrado outro problema, pois 07 dos trabalhadores resgatados não conseguiram receber os valores referentes à verba rescisória, já que as contas e o nome do titular não condiziam. Ela informou que amanhã (24/05) é o prazo final para depósito dos valores da verba rescisória e é o dia no qual será entregue a CTPS emitida aos trabalhadores.

Sra. Luciana sugeriu o estabelecimento de diálogo com o BACEN para tratar da pauta de bancarização em casos de resgate de trabalho escravo.

Sra. Jennifer comunicou que a CPMigTD/SMDHC dispõe de um bom relacionamento institucional com o BACEN. Frente a isso, sugeriu que a CPMigTD/SMDHC tome a iniciativa para tratar desse assunto com a referida instituição.

O plenário achou oportuna a proposta e aceitou-a.

Sra. Livia solicitou que se fizesse menção aos anteriores convênios, firmados entre a Prefeitura Municipal e bancos no município, que tratavam do tema.

Sra. Luciana citou os antigos convênios firmados, mas apontou que sua função passou a ser contemplada com a emissão da circular do BACEN. Ainda, frisou que o principal problema se dá no atendimento de ponta nas agências bancárias.

Sra. Lívia indicou os principais gargalos encontrados em ações de resgate: (1) bancarização; (2) abrigamento; (3) afastamento do vínculo com o empregador; (4) documentação (em casos de trabalhadores imigrantes, encontra-se dificuldade no não cumprimento da normativa emitida pelo CNig, a qual obriga-se a emissão de documentação para trabalhadores imigrantes vitimas de trabalho escravo).

Coordenação de Políticas para Imigrantes e Promoção do Trabalho Decente

Sra. Natália Suzuki informou que levará para pauta da próxima reunião da CONATRAE o tema de emissão de documentação baseada na resolução do CNig.

Sra. Luciana fortaleceu a importância proposta sugerida pela Sra. Natália Suzuki e indicou que na próxima reunião da COMTRAE seria atualizado o informe acerca deste caso.

# Operação Comercio Legal

Sra. Jennifer apresentou as instituições do poder público envolvidas na ação. Destacou o intuito propositivo da ação e lembrou que já foi realizada uma ação no Lago da Concórdia. Ademais, frisou a existência de uma rede de comercio irregular e de aliciamento naquela região.

Sra. Jennifer enfatizou a nova fase da ação, a qual buscará agir nos shoppings da região central do Brás. Indicou a grande possibilidade e encontro de trabalhadores em condições de trabalho degradante, incluindo trabalhadores imigrantes.

Sra. Jennifer comunicou que foi realizada, na ultima semana, uma ação no shopping Tupã. Ressaltou a dificuldade de aproximação e atendimento com trabalhadores em situações degradantes, principalmente de imigrantes. Ainda afirmou que a SMDHC apresenta dificuldades de atuação na ação por não fazer parte do grupo de planejamento das ações.

Sra. Jennifer comunicou que foi enviado pela SMDET à SMDHC um convite para participação de um grupo de trabalho para planejamento de ações articuladas e institucionalizadas, visando o tema de promoção do trabalho decente.

Sra. Lívia indagou se nas ações do “comercio legal” há a presença de organizações de outras esferas institucionais. Segundo a mesma, tem-se a necessidade de formação de uma ação conjunta entre diversos atores públicos e da sociedade civil, dada a complexidade de toda uma rede de exploração e de irregularidades.

Sra. Jennifer informou que o tema de comercio irregular no Brás já foi levado como pauta ao Conselho Municipal de Imigrantes (CMI). Na discussão dessa pauta foi sugerida a possibilidade de incidência do CMI em grupos de trabalho municipais que tratem do tema. Sra. Jennifer propôs que a COMTRAE se aproxime do CMI para troca de informações e estabelecimento de cooperação para tratar do assunto.

Sr. Claude (MPT/SP) e Sra. Livia apontaram o caráter delicado da operação Comercio Legal, pelo fato de se tratar de uma ação de caráter punitivo em relação aos trabalhadores em situação de vulnerabilidade, sem de fato atingir o topo da rede de exploração e irregularidade. Dessa forma, a ação vulnera novamente os trabalhadores em situação de trabalho degradante, sem afetar a estrutura de exploração.

Coordenação de Políticas para Imigrantes e Promoção do Trabalho Decente

Sra. Jennifer indicou que essas ações abriram uma janela de oportunidade para a articulação dos órgãos competentes, de maneira a incidir e influenciar os espaços de planejamento das ações.

Sra. Jennifer sugeriu à COMTRAE a emissão de um ofício direcionado ao grupo de planejamento das ações da Operação Comercio Legal, com o objetivo de solicitar abertura de instituições de outras esferas governamentais.

O colegiado decidiu que a SMDHC inicie uma aproximação com o GT que planeja as ações da Operação Comercio Legal. Ainda, indicou que, após esse primeiro contato, faça-se a introdução do CMI nas tratativas.

# Informes sobre a Semana de Trabalho e Renda

* + **Informe sobre a oficina sobre Trabalho Escravo Contemporâneo realizada pela COMTRAE;**

A oficina da COMTRAE foi organizada pela CPMigTD e o CDHIC e contou com o apoio do CRAI. Sra. Luciana destacou que houve um cuidado em não abordar o assunto de forma estigmatizada, especialmente considerando que o público alvo da oficina eram imigrantes em situação de vulnerabilidade social.

Sra. Nathália Napolitano (CDHIC) e Sra. Luciana afirmaram que a experiência foi valorosa, por propiciar uma oportunidade de sensibilização e apresentação de informações aos imigrantes.

**- Apresentação dos dados consolidados da ação da Semana de Trabalho e Renda**

Sr. Bryan (SMDHC/CPMigTD) apresentou os dados consolidados da I Semana de Trabalho e Renda. Foram, no total, 493 imigrantes credenciados para as oficinas e para o atendimento do CATe e da SRT-SP, sendo que os dados de 469 imigrantes foram salvos no banco de dados gerado no cadastramento da Semana e 24 se perderam em arquivo corrompido.

As oficinas contaram com a presença de 355 imigrantes. Em relação aos encaminhamentos para as vagas de trabalho, foram realizados 100 para as vagas do Grupo Pão de Açúcar e 34 para outras vagas do CATe. Em relação ao atendimento da SRT-SP, de todos os 63 atendimentos, 16 resultaram em emissões de CTPS e 34 em prorrogações.

Ainda, indicou que as principais nacionalidades atendidas foram haitiana, angolana, venezuelana e congolesa, sendo 67% homens e 33% mulheres. Em relação ao status migratório, 59% eram solicitantes de refúgio 27% das pessoas possuíam status permanente ou residente. Em relação ao perfil raça/cor, 78,9 % da população atendida se declarou negra (inclui pretos e pardos), seguido de 20% branca. Do total da população credenciada, 60% passou pelo serviço do CATe.

Coordenação de Políticas para Imigrantes e Promoção do Trabalho Decente

# Projetos prioritários 2019

* + **Informe sobre datas e prazos das atividades do Monitoramento do PMETE e da Sistematização do Fluxo de Atendimento da COMTRAE**

Sra. Jennifer indicou a possibilidade de prolongamento do prazo final para preenchimento da ferramenta de monitoramento até o dia 31/05.

# Informe sobre a realização da Oficina do GT Fluxo, realizada com apoio técnico da OIT, para a “Sistematização do Fluxo de Atendimento a Vítimas de Trabalho Escravo”, realizada no dia 09/05.

Sra. Luciana apresentou as oficinas previstas para o GT Fluxo, dentro do escopo do apoio técnico da OIT, para o projeto prioritário de sistematização de um fluxo de atendimento a pessoas resgatadas de trabalho escravo. Indicou que a oficina de validação do material proveniente será aberta para todos os membros da COMTRAE, e não só para o GT Fluxo.

De forma complementar, Sra. Luciana anunciou que serão enviados ofícios para formalização da participação das organizações indicadas ao GT Fluxo e informou a adição do CDHIC dentro desse grupo.

Sra. Natália Suzuki questionou a presença da Comissão Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo (COETRAE/SP) na Oficina do dia 09/05, devido a essa comissão encontrar-se em processo de desmonte, além de estar continuamente ausente nas reuniões da COMTRAE/SP.

Sra. Luciana informou que o convite foi feito ao NETP, conforme definido na reunião ordinária do dia 13 de dezembro de 2018. Além disso, a presença da COETRAE/SP dialoga com propostas do colegiado em reuniões anteriores em estabelecer uma reaproximação institucional com esse colegiado.

Sra. Natália Suzuki deixou explicita a sua preocupação com a participação da COETRAE/SP pelo não avanço da agenda estadual de combate ao trabalho escravo. Além disso, apontou que não ficou clara a participação do representante da COETRAE/BA no debate da oficina, considerando a diferença de contexto de ambos estados e a experiência no desenvolvimento do fluxo. Nesse sentido, colocou como dispensável a presença da COETRAE/BA na discussão, pois a experiência elencada por esse órgão não dialoga com a realidade da temática no município de São Paulo.

A Sra. Lívia reiterou a posição da Sra. Natália Suzuki.

Sra. Luciana informou que o NETP confirmou presença na oficina apenas no dia anterior e houve surpresa na oficina com a representação ser feita enquanto COETRAE/SP.

Coordenação de Políticas para Imigrantes e Promoção do Trabalho Decente

Sra. Natália Suzuki apontou que paradigmas não alinhados ao restante dos membros do GT tornam as discussões improdutivas.

Sra. Jennifer afirmou que a SMDHC, caso houver necessidade, deixará explicito e defenderá os interesses acordados na COMTRAE e os paradigmas de garantia de direitos humanos no GT Fluxo.

Sra. Luciana reforçou que os trabalhos realizados pelo GT Fluxo, considerando as discussões realizadas e os acordos alcançados, antecedem a parceria com a OIT, e remontam à reunião ordinária de 05 abril de 2018, quando se decidiu por trabalhar a sistematização de um fluxo.

Sra. Natália Suzuki deu como exemplo a discussão conceitual proposta pela consultora sobre “Atendimento às Vítimas do Trabalho Escravo”, que já fora superada pelo colegiado e pelo GT Fluxo. Nesse sentido, disse achar oportuno realizar uma reunião com a consultoria da OIT, de maneira a informar e oferecer a devolutiva apresentada pelo colegiado sobre a primeira oficina, a fim de elencar elementos construtivos para as oficinas seguintes.

Sra. Luciana pronunciou-se pela necessidade de ações proativas de todos os membros da COMTRAE/SP para fortalecimento do ambiente e dos paradigmas defendidos pelo colegiado.

# CONATRAE

* + **Informe e discussão sobre o Decreto Federal n° 9.759, de 11 de abril de 2019, suas conseqüências para a Comissão Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo, e possibilidades de atuação da COMTRAE.**

Sra. Livia deu inicio à pauta por ela ter sugerido sua inclusão na reunião. Ela apontou como preocupante as declarações emitidas pelo presidente da Abit sobre a iniciativa de flexibilização da legislação trabalhista.

Sra. Natália Suzuki informou que a CONATRAE ainda não foi extinta e que o prazo de decisão sobre essa possibilidade é o dia 26/06. Indicou que a principal premissa que encabeça o Decreto 9.759/2019 é a mitigação de gastos. Ainda, afirmou que a CONATRAE está dedicando esforços atualmente para adequar-se aos parâmetros de contingência de gastos. Prontificou-se a divulgar a proposta de adequação emitida pela CONATRAE, caso a mesma o permita.

Sra. Luciana perguntou ao plenário se considera de seu interesse a emissão de uma nota da COMTRAE em defesa da manutenção da CONATRAE.

Devido ao trabalho realizado no momento pela CONATRAE, a fim de procurar se adequar orçamentariamente para promover sua manutenção, o plenário considerou mais

Coordenação de Políticas para Imigrantes e Promoção do Trabalho Decente adequado aguardar o resultado da ação que já estava sendo desenvolvida e, se necessário, reavaliar a questão.

Em relação à declaração da Abit, os membros da COMTRAE decidiram por solicitar um esclarecimento sobre o discurso de sua presidência. A solicitação será direcionada ao representante da instituição que faz parte da COMTRAE.

Sra. Luciana reiterou a inexistência de riscos à COMTRAE em relação ao Decreto Federal n° 9759/2019. Visando fortalecer a Comissão, sugeriu a priorização da finalização do Regimento Interno.

# Discussão sobre a possibilidade de elaboração do logo da COMTRAE

Sra. Jennifer colocou para discussão a possibilidade da COMTRAE aderir ao logo das COETRAEs e CONATRAE, ou elaborar uma nova arte.

Sra. Natalia Suzuki informou que o logo indicado pela Sra. Jennifer atualmente não é usado pelas COETRAES e CONATRAE, apenas pela OIT.

Sra. Luciana relembrou aos membros a discussão colocada em plenário anteriormente, na qual se avaliou a possibilidade de contar com apoio técnico da OIT para a elaboração de uma identidade visual.

Sr. Claude afirmou que compreende que se tenha uma identidade visual nacional para a temática.

Sra. Natália Suzuki indicou que idealmente concorda com a posição do Sr. Claude. No entanto, tendo em vista o ambiente institucional da CONATRAE, acha pertinente que se faça uma identidade própria da COMTRAE.

Sra. Luciana fortaleceu o posicionamento da Sra. Natália Suzuki, adicionando a possibilidade de disponibilização do logo que eventualmente seja elaborado a outras Comissões que desejem usá-la.

A Comissão decidiu pela elaboração de um logo próprio.

Sra. Jennifer indagou se o plenário considerava prosseguir com o apoio técnico da OIT, ou se desejava procura outros parceiros.

O plenário indicou que poderia se procurar inicialmente o apoio da OIT.

# Definição do calendário para o próximo trimestre (junho a agosto).

Em relação ao calendário, seguem as definições:

* Prazo para finalização do preenchimento das informações na plataforma do Monitoramento: 30 de maio.
* 2º oficina do GT Fluxo: 06 de junho.

Coordenação de Políticas para Imigrantes e Promoção do Trabalho Decente

* Data da 3º oficina do GT Fluxo será definida posteriormente e enviada aos membros.
* Oficina de apresentação e validação dos materiais finais dos projetos prioritários: 18 de julho.
* 49º Reunião ordinária: 13 de junho.

Sra. Jennifer informou sobre a campanha “Coração Azul”, que procura sensibilizar a população sobre a chaga social do tráfico de pessoas, entre os dias 30/07 e 03/08. Sugeriu a realização de atividade pela COMTRAE no dia 30/07. Colocou para plenário se há o interesse em levar à frente a organização dessa atividade.

O plenário indicou interesse em levar adiante a iniciativa. Sem mais observações, a reunião foi encerrada.

**ANEXO:Lista de presença**

